

*A Subsel. de Ativ. Legislativa  
P/ mm tramitação  
25.04.2023  
P/ 2011/0449*

PROJETO DE LEI Nº 39, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2023.

Altera a Lei nº 3.378, de 17 de abril de 2018, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento efetivo e em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC.

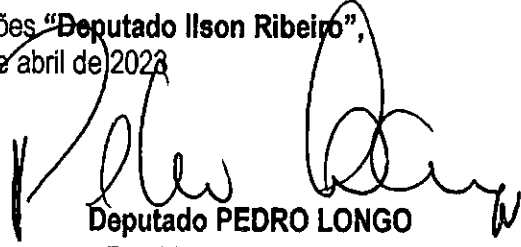
## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O auxílio-saúde, concedido aos servidores ativos, inativos e aos pensionistas da Assembleia Legislativa, nos termos estabelecidos no § 3º do art. 3º, da Lei nº 3.378, de 17 de abril de 2018, fica acrescido da importância, mensal, de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de março de 2023.

Sala das Comissões "**Deputado Ilson Ribeiro**",  
24 de abril de 2023

  
**Deputado PEDRO LONGO**  
Presidente, em exercício

**Deputado NICOLAU JÚNIOR**  
1º Secretário

  
**Deputado AFONSO FERNANDES**  
2º Secretário, em exercício



## JUSTIFICATIVA

O grupo de servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre é constituído, hoje, em sua maioria, por pessoas acima de cinquenta anos, muitas portadoras de doenças crônicas.

O preço dos medicamentos, exames, alimentação saudável, plano de saúde, dia-a-dia, têm aumentado substancialmente, o que impacta diretamente na qualidade de vida dos servidores.

O acréscimo ao Auxílio-Saúde que esta Casa Legislativa pretende conceder aos servidores ativos, inativos e aos pensionistas objetiva, também, na medida do possível, auxiliar no custeio ou incentivar a contratação de planos de saúde, o que contribuirá para que os beneficiários tenham melhor qualidade de vida, *reduzindo, assim, o risco de doenças*.

A Constituição Federal, em seu art. 196, é taxativa no sentido de ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que objetivem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Isso posto, é incontestável a importância da preservação da saúde dos servidores da Assembleia Legislativa para que se tenha menos afastamentos por motivo de doença e os servidores possam desempenhar, com eficiência, suas atividades funcionais, que muito contribuem para que esta Casa Legislativa cumpra sua missão constitucional, além de oportunizar o mesmo direito aos servidores inativos que durante um lapso de tempo considerável de suas vidas se dedicaram ao crescimento deste Parlamento, surgindo, assim, o presente Projeto de Lei como forma de concretização de um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal: o direito à saúde.